



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019 **(Do Sr Danilo Cabral e outros)**

Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, para prestar esclarecimentos sobre os cortes executados sobre o orçamento da educação, previstos no Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, inc. I, §§1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, para prestar esclarecimentos sobre os cortes executados sobre o orçamento da educação, previstos no Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019.

JUSTIFICATIVA

Os danos da política de austeridade seletiva e desmonte do estado de bem estar social promovida por Temer e Bolsonaro estão atingindo gravemente a área da educação.



Tendo como pilar a EC 95/2016, a política educacional no Brasil a partir de 2016 caminha no sentido do sucateamento da educação pública. Para se ter uma ideia, de 2016 a 2018, o orçamento do Ministério da Educação perdeu R\$ 11 bilhões, só em 2017 e 2018, com a vigência do “teto de gastos” a redução foi da ordem de R\$ 9 bilhões.

Agora, já sob a presidência de Jair Bolsonaro, o governo federal anuncia o contingenciamento de R\$5,8 bilhões no orçamento da educação, o maior entre todas as áreas do governo. Trata-se de uma inequívoca demonstração de que a educação não é prioridade.

Apesar de concordar que existem inúmeros problemas de gestão que precisam ser enfrentados pelo poder público, também é necessário reconhecer que os recursos destinados à educação no Brasil são insuficientes para fazer frente aos desafios para assegurar o acesso a esse direito em condições equânimes.

Os dados comparativos do investimento em educação no Brasil com a média dos países da OCDE são reveladores, enquanto o gasto público anual por aluno da educação básica a superior no Brasil é de 3.400 dólares americanos, o gasto médio da OCDE é de 9.300 dólares (5.900 a mais que o Brasil). Isso sem contar que o Brasil possui um enorme passivo histórico de exclusão e falta de investimento em educação.

Sinalizando para uma redução ainda mais drástica de investimentos, o ministro da economia, Paulo Guedes, recentemente, afirmou que pretende retirar da Constituição Federal a obrigação de investimentos de mínimos dos tributos arrecadados em educação, que hoje são de 18% para União e 25% para estados e municípios.

Tudo isso acontece em um contexto de grave crise financeira enfrentada pelos municípios brasileiros, em que grande parte sequer conseguem pagar o piso salarial dos professores.

A soma de todos esses fatores ameaça gravemente o futuro da educação e, por esse motivo, não pode ser ignorada por essa comissão. O ministro precisa prestar contas das medidas adotadas e esclarecer as motivações do corte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Danilo Cabral - PSB/PE

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação desde requerimento.

Sala da Comissão, 02 de abril de 2019.

Danilo Cabral
Deputado Federal
PSB/PE